



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2365

1 Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter ordinário, às
2 dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias
3 de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os seguintes Conselheiros do Conselho
4 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Márcio Bins Ely**, secretário do Planejamento e presidindo
5 a reunião; **Silvio Belmonte**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Maria Elisabete Aguiar**,
6 primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional; **Rogério G. de Los**
7 **Santos**, primeiro suplente do Departamento Municipal de Habitação; **Júlio Miranda**, titular da Empresa
8 Pública de Transporte e Circulação; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente; **René de Souza**, primeiro suplente da
9 Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; **Gilmara Muller**, segunda suplente da
10 Secretaria Municipal de Obras e Viação; **Cibeli Silva do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do Meio
11 Ambiente; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura,
12 **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de Direito Empresarial; **Analino**
13 **Zorzi**, titular do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; **Nilson Lopes Coelho**, titular do Instituto de
14 Planejamento e Estudos Socioambientais; **José Luiz Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do
15 Brasil; **Antonio Zago**, titular do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Jorge Larré**, segundo suplente
16 do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; Alan **Cristian Tabile**
17 **Furlan**, titular da Região de Planejamento Um; **Márcia Bica**, titular da Região de Planejamento Dois; **Helena**
18 **Cristina Borges**, titular da Região de Planejamento Três; **Lauro Rossler**, segundo suplente da Região de
19 Planejamento Cinco; **Eduíno Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; **Leonite Ana Gheno**, titular, e
20 **Heverson Luis V. da Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu Rosa da Silva**,
21 titular da Temática Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano e Ambiental e **Ana Paula Tomasi**,
22 secretária executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** comunicou a todos sobre o Congresso de Direito
23 Municipal organizado pela Procuradoria Geral do Município e pela Escola Superior de Direito Municipal, que
24 acontecerá na semana seguinte a da reunião. Solicitou que os conselheiros interessados em participar
25 fizessem contato com a secretária executiva, a fim de providenciar a inscrição, acrescentando que o evento
26 apesar de não ser gratuito, seria isento de custos para os conselheiros. **Presidente** questionou se havia
27 alguma retificação à ata e foram sugeridas correções. Conselheiro **Lauro** solicitou que fosse acrescentada a
28 sua fala da linha quarenta e seis, página quatro, no que se referia à lei citada por ele, que esta foi “feita pela
29 Câmara de Vereadores”, assim como sancionada “pelo poder executivo”. Na página cinco, linha vinte e
30 cinco, solicitou que o termo “sansionamento” fosse corretamente redigido, na forma de “sansão”. Solicitou
31 também que o termo “ratificou”, constante na página cinco, linha vinte e cinco, fosse substituída pelo termo
32 “reiterou”. E sobre a sua fala finalizada na linha vinte e sete da página cinco, solicitou que fosse acrescida à
33 sua opinião de descontentamento sobre a emenda referida, que a mesma acaba “arranhando o princípio
34 constitucional da isonomia, comparativamente à aprovação de outros projetos”. Além destas, por e-mail o
35 conselheiro **Nilson** disse que a sua fala constante nas linhas vinte e quatro à vinte e sete da página um se
36 referia a necessidade objetivamente de previsão, pelo Plano Diretor, de locais próprios para que “religiões de
37 matriz africana façam as suas oferendas”, e não do termo utilizado pela relatora “esse tipo de atividade”.
38 Solicitou a substituição. A ata com as retificações propostas foi colocada em votação e a mesma foi
39 aprovada por quatorze votos favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção. **Presidente** deu início às
40 **comunicações**. Conselheiro **Heverson** falou sobre o Plano Diretor de Acessibilidade, tema de audiências
41 que acontecerão na PUC a partir do dia trinta de junho. Disse também que a audiência pública ocorrida na
42 Câmara de Vereadores no sábado anterior ao da reunião, sobre os programas habitacionais do DEMHAB,
43 estava esvaziada, mas que diretrizes ao plano de habitação foram emendadas. Disse que a população
44 reclamou do tamanho pequeno dos imóveis oferecidos pela Prefeitura. Disse que foi questionada a fonte dos
45 recursos aos projetos, em função de serem custos elevados e de a que a caixa parece estar com pouca
46 verba para tantos investimentos. Disse ainda que se falou na possibilidade de se criar um fundo para esse
47 fim. Sobre o Plano de Turismo Náutico, pediu que o presidente solicitasse a sua apresentação pelo
48 responsável junto ao Conselho. Solicitou que também fosse feita apresentação aos conselheiros sobre o
49 plano para a Reserva do Lami, que soube que foi feito, mas não divulgado. Por fim solicitou a presença
50 também do DEP no Conselho, para apresentar o Plano de Dragagem existente. Conselheiro **Eduíno** disse
51 que ajudou o DEMHAB a construir o projeto de habitação popular e que a pouca participação na audiência
52 foi para ele uma surpresa, mas que se justificou pelo fato de que as lideranças estavam ausentes em função
53 de encontro ocorrido na mesma data em Belo Horizonte, o que considera condenável, pela relevância do
54 tema. Disse ainda que participou de encontro onde se discutiu o transporte urbano, e que foi referido o
55 transporte hidroviário como uma possibilidade. Disse que defendeu essa idéia e que propôs que o mesmo
56 seja incluído no sistema de transporte de Porto Alegre. Disse que pode haver subsídio do governo para
57 torná-lo acessível e que apresentará uma emenda nesse sentido. Conselheiro **Jorge**, sobre o aeroporto
58 internacional, disse que houve manifestação de revolta na sociedade recentemente pela necessidade de se



ATA N.º 2365

1 fechar o aeroporto quando existe neblina, mesmo que já exista equipamento adequado para resolver o
2 problema. Disse que a remoção da Vila Dick é o fator principal nesse sentido, por impedir as melhorias
3 necessárias. Conselheiro **Rogério** informou que a remoção da Vila Dick já começou. Conselheiro **Zorzi**
4 questionou sobre a demora de retorno do processo de EIV da diligência à SPM, assim como a falta de
5 notícias sobre o mesmo. Disse que o estudo já está previsto há muito tempo e opinou que o Conselho
6 devesse exigir a presença da procuradora, conforme havia sido estabelecido anteriormente. Disse que
7 espera uma resposta breve. Também falou sobre o que ocorreu no final de semana anterior ao da reunião,
8 relativo ao sinistro em casa de show na capital, em estabelecimento que não tinha liberação para a
9 atividade. Opinou que a Prefeitura devesse ter um trabalho de fiscalização anterior aos eventos noturnos,
10 através da descoberta dos mesmos por meio de divulgação existente nos muros da cidade. Condenou que a
11 fiscalização só exista depois do ocorrido, quando vidas já foram atingidas. **Presidente** respondeu sobre o
12 projeto de EIV informando que o mesmo continua em diligência a SPM. Conselheira **Helena** disse que o
13 projeto de remoção da Vila Dick envolve muitos pontos positivos, mas que por outro lado os moradores têm
14 reclamado do tamanho pequeno dos novos imóveis e que a comissão que representa os moradores não
15 pretende aceitar. Disse que o representante da região de planejamento é quem é cobrado, neste caso ela
16 própria, pela comunidade. Disse que o projeto, apesar de ter sido apreciado pelo Conselho, não chegou ao
17 seu conhecimento detalhado, o que se deu em razão de o seu pedido de vistas prejudicar a obtenção de
18 verba, pela pressa na aprovação e apara que não se perdesse a verba. Nesse contexto, conselheira
19 defendeu que todos os empreendimentos de impacto que passarem pela apreciação do Conselho, devam
20 ser distribuídos às regiões de planejamento respectivas, ou pelo menos que lhes sejam garantido o pedido
21 de vistas ao processo. Propôs aos demais que fosse organizada reunião extraordinária para tratar do
22 Regimento Interno do CMDUA e particularmente sobre trâmites e distribuição de processos. **Presidente**
23 disse que entende a manifestação da conselheira, mas que até então os pedidos de vistas e de diligências
24 têm sido respeitados. Conselheiro **Alceu** fez uma simbologia comparando o Estado como primeiro pai do
25 sujeito e o Poder Judiciário como o avô, para dizer que não tem havido diálogo entre as duas esferas do
26 poder. Além disso, para demonstrar a falta de respeito que identifica em muitos para com o Estado, quando,
27 por exemplo, reclamam que nada têm, mas não aceitam o que o Estado oferece. Condenou que os
28 moradores da Vila Dick recusem as moradias oferecidas gratuitamente pelo governo e disse que muitas
29 vezes as pessoas têm a idéia de que podem fazer aquilo que bem entenderem sem ao menos produzir algo
30 em contribuição com a sociedade, o que seria o dever de todos. Disse ainda que muitas das tragédias que
31 ocorrem na região do centro acontecem em razão da desfeita ou mau uso daquilo que o governo oferece,
32 como por exemplo, o caso da Vila Chocolate, ou o que ocorreu com o prédio doado para moradia na região
33 da Voluntários da Pátria, o qual se foi transformado em prostíbulo e local para o tráfico de drogas.
34 **Presidente** deu início à Ordem do Dia. **Processo Quatro Ponto Um**, relator: GP. Processo número
35 002.071973.07.9; interessado: SPM; assunto: Minuta de Lei para instituição do EIV. Processo permanece
36 em diligência à SPM. Adiado. **Processo Quatro Ponto Dois**, relator: IPES. Processo número
37 002.203920.00.6; interessado: Adelghi Ernesto Rasia; assunto: Resolução Alteração Traçado Viário e Área
38 Verde; local: número duzentos e quarenta e outros da Rua Álvaro Veiga Andrade. Processo permanece em
39 diligência à SPM. Adiado. **Processo Quatro Ponto Três**, relator: AGADIE. Processo número
40 001.027317.08.0; interessado: OP Partenon; assunto: Inclusão Gravame Traçado Viário; local: Rua Central,
41 Vila São José Comunitária – Bairro São José. Processo retornou da diligência à SPM. Conselheiro **Euclésio**,
42 relator do processo, apresentou o seu teor. Leu a resolução, assim como a alteração da justificativa em
43 razão do pedido de diligência: que o referido cadastramento da via se justifica em razão da mesma
44 apresentar condições mínimas para tornar-se logradouro público, e não por ser demanda do Orçamento
45 Participativo. Conselheiro se posicionou favorável à resolução. Conselheiro **Eduíno** disse que conhece a rua
46 em questão, pois faz parte da Região de Planejamento que representa. Disse que o cadastramento da via é
47 importante e que seu voto será favorável, em razão de já existirem moradores. Contudo, solicitou que fosse
48 dada a devida atenção da SMAM e da SPM à Rua Encantadora, em razão de que o cadastramento da
49 referida rua representar a demanda do OP e de já ter sido aprovado o seu gravame. Conselheiro explicou
50 que na gestão do secretário Beto Moesch, o gravame foi vetado, em razão de atingir área de preservação
51 ambiental. Esclareceu que a presente análise ocorre como uma maneira de não se perder a verba destinada
52 à região, mas que a demanda e intenção primeira da comunidade era a de pavimentação da Rua
53 Encantadora, que já possui toda a infra-estrutura necessária. Além disso, disse sobre a Cooperativa União,
54 que os seus integrantes não são invasores da região que ocupam, mas que receberam autorização da
55 SMAM para tal. Conselheira **Cibeli** disse que tem profundo respeito pelo colega conselheiro Eduíno, mas
56 que não acha adequado que no momento da reunião, e que no espaço de tempo destinado para uma
57 determinada análise, sejam feitos outros encaminhamentos. Conselheiro **Euclésio** sugeriu que o
58 conselheiro Eduíno oficializasse o pedido de revisão quanto a situação da Rua Encantadora. Conselheira



ATA N.º 2365

1 **Helena** opinou, sobre o cadastramento de vias, que se já existe uma ocupação, ela deve ser reconhecida,
2 mesmo que não tenha se instalado da forma mais adequada. Conselheiro **Euclésio** se posicionou favorável
3 à resolução e a mesma foi colocada em votação. A resolução foi aprovada por vinte e dois votos favoráveis,
4 nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Processo Quatro Ponto Quatro**, relator: SMAM. Processo
5 número 002.318946.00.5; interessado: Melson Tumelero; assunto: Resolução – Exclusão de Gravame de
6 Área Verde; local: quarteirão formado por: Avenida Sertório, Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, Rua Ari
7 Barroso e Anita Grossi; Conselheira **Cibeli** disse que foi acrescentado mais um volume ao processo,
8 ocorrido em consequência do pedido de vistas do conselheiro Alceu, o qual identificou a falta de informações
9 no processo. Por esse motivo, solicitou mais prazo para que pudesse analisar o material. Conselheira
10 **Helena** solicitou vistas ao processo após a análise pela relatora. Conselheiro **Breno** disse que a situação do
11 processo é simples, referente à regularização de apenas uma estreita faixa de terra. Conselheiro **Alceu**
12 concordou com o conselheiro Breno, mas disse que essa constatação só lhe foi possível após o acesso às
13 informações. Conselheira **Cibeli** disse que não discorda, mas que em razão de ser a relatora do parecer, se
14 sente responsável por se interar das informações. Conselheira **Helena** questionou se a área em questão se
15 referia à praça. Relatora disse que se refere à quatrocentos metros. Em função do acréscimo de
16 informações ao processo, a prorrogação do prazo para vistas ao processo foi aceita, ficando estabelecido
17 que a conselheira Helena ficaria de posse do processo até a próxima semana, quando entregaria à relatora,
18 esta que teria mais uma semana para se interar do processo - em razão de na reunião seguinte não ter
19 processos em pauta, mas sim o debate de temas diversos. Adiado. **Processo Quatro Ponto Cinco**, relator:
20 SMOV. Processo número: 002.265259.00.5; interessado: Guaraci Veras Vidor; assunto: Termo de
21 Referência; local: número quatro mil e quarenta e um da Estrada das Quirinas. O processo retornou do
22 pedido de vistas solicitado pelo conselheiro Eduíno. Conselheira **Gilmara**, relatora do processo, apresentou
23 o processo e se posicionou favorável ao texto atual. Conselheiro **Breno** lembrou a todos que a análise de
24 Termos de Referência pelo CMDUA se diferencia das demais apreciações, já que não se destina à
25 aprovação ou veto, mas sim ao conhecimento e a acréscimos de sugestões. Conselheiro **Eduíno** disse que
26 conhece bem o local e que é o segundo parcelamento na região. Apoiou a opinião da conselheira Helena
27 sobre que as Regiões de Planejamento devam ter condições de avaliar e se interar devidamente daqueles
28 empreendimentos instituídos no seu interior, em razão de muitas vezes conhecerem melhor o local do que
29 os próprios técnicos. Disse que o Termo de Referência analisado é muito bom, e informou que preserva
30 oitenta por cento da área em questão, pela pequena ocupação do loteamento. Apesar dessa opinião,
31 conselheiro propôs dois acréscimos ao Termo. Um deles se refere à necessidade de que o loteamento
32 tenha uma estação de tratamento de esgoto própria. Além deste, disse que, na altura do número cinco mil e
33 vinte e dois da Estrada das Quirinas, existe uma Vila irregular em expansão, ocupando o melhor ponto para
34 servir de entrada para um possível parque no alto do morro. Disse que a Estrada seria estratégica para a
35 efetivação desse projeto, porque seria o divisor entre o loteamento e o condomínio, e que por esse motivo
36 deveria ser prevista no Termo. Conselheiro **Alan** opinou que a forma correta para acrescentar essas
37 alterações ao Termo seria através de solicitação, no parecer do Conselho, de que fosse feito estudos para
38 se verificar essas necessidades. Além disso, conselheiro solicitou que fosse também solicitado um estudo
39 sobre a existência de movimentação de terras, através de equipamento apropriado chamado “piezômetro”.
40 Presidente **Márcio** se ausentou da reunião por motivo de compromisso adverso e solicitou que a conselheira
41 Helena assumisse a presidência. Durante o tempo necessário para a relatora acrescentar ao parecer as
42 alterações propostas, se seguiu a ordem do dia. **Processo Quatro Ponto Seis**, relator: OAB/RS. Processo
43 número 002.315626.00.5; interessado: DEMHAB; assunto: EVU Regularização da Vila Conceição; local:
44 número setecentos e dois da Rua Humberto de Campos. Conselheiro **Domingues**, relator do processo,
45 apresentou o mesmo e se posicionou favorável ao solicitado. Conselheiro **Silvio** elogiou a qualidade do
46 relato do conselheiro, pela riqueza de informações, objetividade e clareza. Conselheiro **Heverson**
47 questionou se estão previstos assentamentos e qual seria gabarito da rua. Conselheira **Elisabete** respondeu
48 que as ruas são muito estreitas, de até dois metros e trinta. Conselheiro **Nilson** questionou como seria
49 possível o acesso de carros de bombeiros, por exemplo, em caso de emergências. Conselheira **Helena**
50 disse que conhece bastante a região e que já está toda asfaltada. Disse que as ruas realmente são muito
51 estreitas, mas que o local possui toda a infra-estrutura necessária. Disse que em algumas ruas é possível a
52 passagem de apenas um carro, mas que é favorável à aprovação e à regularização dentro do que for
53 possível, mesmo que não seja a forma ideal. Conselheiro **Breno** disse que a legislação permite a
54 regularização nesses moldes, e que por isso está sendo assim apresentado. Conselheiro opinou que após a
55 regularização as melhorias começarão a acontecer por conta dos moradores, que terão reconhecidas as
56 suas propriedades. Conselheiro **Nilson** opinou que a aprovação nestes moldes se evidencia na
57 institucionalização da favela. Conselheiro **Silvio** disse que para tornar a vila regular dentro dos padrões
58 ideais seria necessário remover aproximadamente sessenta por cento dos moradores. Conselheiro **Zorzi**



ATA N.º 2365

1 opinou que a desapropriação de determinado ponto da vila resolveria problema de circulação. Conselheiro
2 **Breno** lembrou que não há propriedade reconhecida e que por isso não é caso para desapropriação.
3 Conselheiro **Zorzi** opinou que essa situação pode ser ponto positivo para que então exista a possibilidade de
4 alargamento das vias. Conselheiro **Breno** disse que esse não é um processo fácil de fazer o quanto é para
5 dizer, e que o DEMHAB trabalhou dentro dos limites possíveis. Conselheiro **Eduíno** disse que os acessos
6 são muito precários e que na verdade se referem a becos que foram pavimentados para melhorar a
7 acessibilidade e que existe um grave problema de esgotos na área. Conselheiro **Alceu** questionou quanto à
8 possibilidade de melhoramentos na regularização da Vila Conceição. Conselheiro **Rogério** disse que
9 aumentar apenas um metro a largura dos acessos significaria a necessidade de realocar pessoas, por afetar
10 as casas. Conselheiro **Alceu** disse que a Vila Conceição é bastante antiga e que apesar de ter conseguido
11 se manter dessa forma, tinha esperança de que ela pudesse ser regularizada em melhores condições
12 arquitetônicas. Disse que se a ambulância, o bombeiro ou a polícia não conseguirem ter acesso rápido ao
13 local, a marginalidade inevitavelmente aumentará. Opinou que poderia se tentar uma maior discussão com a
14 comunidade e pediu vistas ao processo. O seu pedido foi aceito. Conselheiro **Rogério** informou que os
15 recursos e medidas solicitadas são demandas do OP. Reiterou que o DEMHAB trabalhou até o limite do que
16 a situação permite. Em retorno ao **Processo Quatro Ponto Cinco** da pauta, conselheira **Gilmara** leu o
17 parecer favorável ao Termo de Referência proposto para a Estrada das Quirinas, acrescido das solicitações
18 propostas pelos conselheiros Eduíno e Alan. Conselheiro **Breno** reiterou que o que está em pauta não é
19 uma aprovação comum, mas se refere mais a uma apreciação. O parecer foi colocado em votação com as
20 solicitações de estudos quanto à viabilidade de estrada ligando a estrada das Quirinas ao topo do morro
21 para a futura implantação de Parque Ambiental; quanto à necessidade de Estação de Tratamento de Esgoto
22 e quanto à medição de movimentação do solo por meio de piezômetro. O parecer foi aprovado por
23 dezessete votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Pelo adiantado da hora o último
24 processo da pauta foi adiado: **Processo Quatro Ponto Sete**, relator: Sinduscon. Processo número
25 002.306016.00.0; interessado: DEMHAB; assunto: EVU de Loteamento e Decreto para a instituição de AEIS;
26 local: número duzentos e oitenta da Rua Almirante Álvaro Motta. Conselheiro **Heverson** disse da
27 necessidade de se dinamizar a OCDUA, no sentido de que as Secretarias voltem a participar dos encontros.
28 Conselheiro **Nilson** questionou sobre a possibilidade de se solicitar retificações à ata via e-mail, antes das
29 reuniões, e foi estabelecida essa possibilidade. Às vinte horas e dez minutos foram encerrados os trabalhos
30 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo Presidente. Eu, **Ana Paula Tomasi**,
31 assino e lavro, juntamente com o Presidente, a presente ata.

32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely

Helena Cristina Borges
Presidentes